

Bradesco - Kirton Corretora de Câmbio S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 58.229.246/0001-10

Sede: Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1.309 - 6ª Andar - Vila Nova Conceição - São Paulo - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras do semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025, da Bradesco-Kirton Corretora de Câmbio S.A. (Corretora ou Instituição), elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

No exercício de 2025, a Corretora registrou lucro líquido no montante de R\$ 55 milhões, patrimônio líquido de R\$ 580 milhões e ativos totais de R\$ 673 milhões.

A política de dividendos da Instituição assegura aos acionistas, o dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, de 25% do lucro líquido ajustado, conforme previsto em seu estatuto social. A Instituição não possui acordo de acionistas relativo à política de reinvestimento de lucros.

A Bradesco-Kirton Corretora de Câmbio S.A. contrata e faz a gestão dos serviços de auditoria independente de forma centralizada pela Organização Bradesco, conforme divulgado nas demonstrações financeiras consolidadas do Banco Bradesco S.A.

Agradecemos o apoio e confiança dos nossos clientes e parceiros comerciais.

| | BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil | | Passivo | Diretoria | |
|--|--|----------------|--|-----------|----------------|
| | Nota | 2025 | | Nota | 2025 |
| Ativo | | | | | |
| Disponibilidades | 5 | 554 | Provisões | | 74.750 |
| Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado | | 605.967 | Outras Provisões..... | 10 | 74.750 |
| Títulos e Valores Mobiliários..... | 6a | 605.967 | Impostos Diferidos | 20e | 3.577 |
| Ativos Financeiros ao Custo Amortizado | | 39.630 | Impostos Correntes | | 679 |
| Outros Ativos Financeiros..... | 8 | 39.630 | Outros Passivos | 12 | 13.886 |
| Impostos a Compensar | | 6.262 | Total do Passivo | | 92.892 |
| Créditos Tributários | 20c | 20.703 | Patrimônio Líquido | 13 | |
| Outros Ativos | 9 | 58 | Capital Social..... | | 276.000 |
| | | | Reservas de Capital..... | | 2.640 |
| | | | Reservas de Lucros..... | | 301.642 |
| | | | Total do Patrimônio Líquido | | 580.282 |
| Total do Ativo | | 673.174 | Total do Passivo e Patrimônio Líquido | | 673.174 |

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

| | DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil | | | DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Reais mil | | |
|---|--|---------------------|-------------------------------------|--|-------------------------------------|----------------|
| | Nota | 2º Semestre de 2025 | Acumulado em 31 de dezembro de 2025 | 2º Semestre de 2025 | Acumulado em 31 de dezembro de 2025 | |
| Receitas da Intermediação Financeira | | 41.808 | 76.199 | Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais: | | |
| Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários..... | 7 | 41.808 | 76.199 | Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social | 15.192 | 52.798 |
| Resultado da Intermediação Financeira | | 41.808 | 76.199 | Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos: | | |
| Outras Receitas/(Despesas) Operacionais | | (26.616) | (23.401) | Constituição e Atualização Monetária com Provisões Cíveis, Trabalhistas e Fiscais..... | 45.682 | 46.150 |
| Receitas de Prestação de Serviços..... | 14 | 14.619 | 20.208 | Lucro Líquido Ajustado antes dos Impostos | 60.874 | 98.949 |
| Despesas Administrativas..... | 15 | (489) | (805) | (Aumento)/Redução em Outros Ativos..... | (4.761) | (5.254) |
| Despesas Tributárias..... | 16 | (3.359) | (5.498) | (Aumento)/Redução em Outros Instrumentos Financeiros Ativos..... | (1.054) | (1.849) |
| Outras Receitas Operacionais..... | 17 | 84.997 | 85.801 | Aumento/(Redução) em Outras Provisões..... | 92 | 346 |
| Outras Despesas Operacionais..... | 18 | (122.414) | (123.123) | Aumento/(Redução) em Outros Passivos..... | (2.409) | (1.837) |
| Provisão Fiscal, Cível, Trabalhista e Outras..... | | 30 | 17 | Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos..... | (2.923) | (22.382) |
| Resultado Operacional | | 15.192 | 52.798 | Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades Operacionais | 49.819 | 67.972 |
| Resultado antes da Tributação sobre o Lucro | | 15.192 | 52.798 | Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento: | | |
| Imposto de Renda e Contribuição Social..... | 20 | 17.190 | 2.163 | Dividendos Pagos..... | - | (8.695) |
| Lucro/(Prejuízo) Líquido | | 32.382 | 54.961 | Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Financiamentos | - | (8.695) |
| Lucro/(Prejuízo) por lote de mil ações em R\$ | | 178,67 | 303,26 | Aumento/(Redução) Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa | 49.819 | 59.277 |

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

| | DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Reais mil | | | DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Reais mil | | |
|---|---|---------------------|-------------------------------------|---|-------------------------------------|---------------|
| | Nota | 2º Semestre de 2025 | Acumulado em 31 de dezembro de 2025 | 2º Semestre de 2025 | Acumulado em 31 de dezembro de 2025 | |
| Lucro Líquido do Período | | 32.382 | 54.961 | Aumento/(Redução) Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa | 49.819 | 59.277 |
| Itens que podem ser Reclassificados para o Resultado..... | | - | - | Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período..... | 556.702 | 547.244 |
| Itens que não podem ser Reclassificados para o Resultado..... | | - | - | Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período..... | 606.521 | 606.521 |
| Resultado Abrangente do Período | | 32.382 | 54.961 | Aumento/(Redução) Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa | 49.819 | 59.277 |

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

| Eventos | Capital Social | | Reserva de Capital | Reservas de Lucros | | Lucros Acumulados | Totais |
|---|----------------|--------------|--------------------|--------------------|----------|-------------------|--------|
| | Legal | Estatutária | | | | | |
| Saldos em 31 de dezembro de 2024 | 276.000 | 2.640 | 4.019 | 255.715 | - | 538.374 | |
| Lucro Líquido..... | - | - | - | - | 54.961 | 54.961 | |
| Destinações: - Reservas de Lucros..... | - | - | 2.748 | 39.160 | (41.908) | - | |
| - Dividendos Propostos..... | - | - | - | - | (13.053) | (13.053) | |
| Saldos em 31 de dezembro de 2025 | 276.000 | 2.640 | 6.767 | 294.875 | - | 580.282 | |
| Saldos em 30 de junho de 2025 | 276.000 | 2.640 | 5.148 | 271.803 | - | 555.591 | |
| Lucro Líquido..... | - | - | - | - | 32.382 | 32.382 | |
| Destinações: - Reservas de Lucros..... | - | - | 1.619 | 23.072 | (24.691) | - | |
| - Dividendos Propostos..... | - | - | - | - | (7.691) | (7.691) | |
| Saldos em 31 de dezembro de 2025 | 276.000 | 2.640 | 6.767 | 294.875 | - | 580.282 | |

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Bradesco-Kirton Corretora de Câmbio S.A. (Corretora ou Instituição) tem como objetivo a realização de todas as operações permitidas às sociedades da espécie, observadas as disposições da legislação em vigor, dentre as quais: praticar operações no mercado de câmbio; realizar a intermediação de operações de câmbio em todas as suas modalidades; prestar serviços de orientação, assessoramento e assistência técnica em operações relacionadas a câmbio, bem como em operações relacionadas com a movimentação e registro de capitais internacionais.

É parte integrante da Organização Bradesco (Organização), sendo suas operações conduzidas de forma integrada a um conjunto de empresas que atuam nos mercados financeiros e de capitais, utilizando-se dos seus recursos administrativos, tecnológicos e na gestão de riscos. Suas demonstrações financeiras devem ser entendidas neste contexto.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), advindas da Resolução BCB nº 2/20, incluindo as diretrizes emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com as respectivas alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09. Para a contabilização das operações, foram utilizadas as normas e instruções do Banco Central do Brasil (Bacen).

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras da Instituição evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente em 2025.

As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção da Resolução BCB nº 352/23 e foram aplicadas prospectivamente na data de sua adoção inicial.

A Instituição optou pela isenção facultada pela Norma de não representar informações comparativas de períodos anteriores, decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas), nas demonstrações financeiras individuais, referentes aos períodos do ano de 2025. Os efeitos decorrentes da aplicação dos critérios contábeis, estabelecidos pela Resolução BCB nº 352/23, foram registrados em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados pelo valor líquido dos efeitos tributários.

As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas que são revisadas, no mínimo, anualmente, tais como: a mensuração de perdas estimadas com instrumentos financeiros; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros.

Alguns números incluídos neste relatório foram submetidos a ajustes de arredondamento. Assim sendo, os valores indicados como totais em alguns quadros podem não ser a soma aritmética dos números que os precedem.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 11 de março de 2026.

3) PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda Funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Instituição.

b) Apuração do resultado

As receitas dos ativos financeiros e as despesas de juros de passivos são reconhecidas pelo regime de competência na demonstração do resultado. Com relação aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ao VJORA e as despesas de juros de passivos classificados ao custo amortizado a Instituição utiliza o método da taxa efetiva de juros, com exceção de instrumentos de patrimônio.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e cotas de fundos de investimentos, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

A composição das disponibilidades e das aplicações registradas em caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota 5.

d) Ativos e passivos financeiros

I) Ativos financeiros

A Instituição classifica e mensura os ativos financeiros com base tanto no modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de fluxo de caixa contratual.

A Instituição classifica os ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao custo amortizado (CA); (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR).

- **Modelo de negócio:** Configura a maneira pela qual a Instituição administra seu ativo financeiro para gerar fluxos de caixa. O objetivo da Administração para um determinado modelo de negócio, é: (i) manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais; (ii) manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais e venda; ou (iii) manter os ativos para negociação. Quando os ativos financeiros se enquadram nos modelos de negócios (i) e (ii) deve-se aplicar o teste SPPI (somente pagamento de principal e juros). Os ativos financeiros mantidos sob o modelo de negócios (iii) são mensurados ao VJR.

- **Teste SPPI:** O objetivo deste teste é avaliar os termos contratuais dos instrumentos financeiros para determinar se dão origem a fluxos de caixa em datas específicas que se enquadram como somente pagamento de principal e juros sobre o montante principal.

Neste sentido, o principal se refere ao valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial e juros se referem à contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo, ao risco de crédito associado ao valor do principal em aberto durante período específico e a outros riscos e custos básicos de empréstimos. Os instrumentos financeiros que não se enquadram no conceito mencionado acima são mensurados a VJR.

- Mensurados a valor justo por meio do resultado

Todos os ativos financeiros que não atendam aos critérios de mensuração ao custo amortizado ou ao VJORA, são classificados como mensurados ao VJR, além daqueles ativos que no reconhecimento inicial são irrevogavelmente designados ao VJR, caso isso elimine ou reduza significativamente descasamentos contábeis.

Os ativos financeiros mensurados a VJR são registrados e inicialmente avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos e avaliados pelo valor justo no balanço e os custos de transação são registrados diretamente no resultado do período.

Ganhos e perdas realizados e não realizados decorrentes de mudanças no valor justo de ativos financeiros não derivativos são reconhecidos diretamente no resultado em "Ganhos/(perdas) líquidos de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado". As receitas de juros de ativos financeiros mensurados ao VJR são reconhecidas em "Resultado de operações com títulos e valores mobiliários".

- Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

São ativos financeiros que atendam ao critério do teste SPPI, cujo objetivo seja tanto manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais quanto para venda.

São reconhecidos inicialmente a valor justo, mais as receitas ou custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou a sua emissão e são mensurados, subsequentemente, a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão, até que o ativo financeiro deixe de ser reconhecido. As perdas de crédito esperadas são registradas na demonstração do resultado.

A receita de juros é reconhecida no resultado utilizando-se do método da taxa efetiva de juros. A receita de dividendos é reconhecida na demonstração do resultado, na rubrica de "Resultado de operações com títulos e valores mobiliários" quando a Instituição passa a ter direito ao dividendo. Os ganhos ou perdas originadas das variações cambiais em investimentos de títulos de dívida classificadas como VJORA são reconhecidas na demonstração do resultado.

A Instituição pode adicionalmente designar de forma irrevogável um instrumento patrimonial, para os quais não exista a estratégia de negociação para a categoria de Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes. Neste caso, não há registro de quaisquer efeitos na Demonstração do Resultado de eventos subsequentes relativos a este ativo, com exceção de dividendos que representam o próprio resultado do investimento.

- Mensurados ao custo amortizado

São ativos financeiros que atendam ao critério do teste SPPI, cujo objetivo é de manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais.

Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são ativos reconhecidos inicialmente a valor justo incluindo os custos diretos e incrementais, e contabilizados, subsequentemente, pelo custo amortizado, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros. No caso de perda de crédito esperada é reconhecida uma redução do valor contábil do ativo financeiro e é reconhecida na demonstração do resultado.

II) Passivos financeiros

A Instituição classifica seus passivos financeiros como mensurados ao custo amortizado, utilizando-se do método da taxa efetiva de juros, exceto para os passivos financeiros para negociação.

Os passivos financeiros para negociação reconhecidos pela Instituição são os instrumentos financeiros derivativos que são registrados e avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas alterações do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado.

A Instituição não possui nenhum passivo financeiro designado a valor justo por meio do resultado.

III) Baixa

É realizada a baixa do ativo financeiro quando não há expectativa razoável de recuperação, quando os direitos contratuais de seus fluxos de caixa expiram, ou quando se transferem os direitos de recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre o ativo financeiro e, substancialmente, todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro também são transferidos. A Instituição efetua a baixa de um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são pagas, resgatadas, canceladas ou expiradas.

IV) Renegociação e reestruturação

Os ativos financeiros renegociados são aqueles em que há alteração das condições originalmente pactuadas do instrumento ou a substituição do instrumento financeiro original por outro, com liquidação ou refinanciamento parcial ou integral da respectiva obrigação original. As renegociações em que há concessões significativas à contraparte, em decorrência da deterioração relevante de sua qualidade creditícia, as quais não seriam concedidas caso não ocorresse tal deterioração são caracterizadas como reestruturações.

V) Determinação do valor justo

A determinação do valor justo da maioria dos ativos e passivos financeiros é baseada nos preços de cotações do mercado ou cotações de preços de distribuidoras para os instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (Nível 1).

Para os demais instrumentos financeiros, o valor justo é determinado utilizando-se de técnicas de avaliação, as quais incluem uso de transações em mercado recente, método de fluxos de caixa descontados, comparação com instrumentos similares para os quais existam preços observáveis no mercado e modelos de avaliação.

Para outros instrumentos mais comumente tratados, a Instituição utiliza modelos de avaliação conhecidos, que consideram dados observáveis no mercado, a fim de determinar o valor justo de instrumentos financeiros (Nível 2).

Para instrumentos mais complexos, a Instituição utiliza modelos próprios, que usualmente são desenvolvidos com base em modelos de avaliação reconhecidos. Algumas informações incluídas nesses modelos podem não ser observáveis no mercado e são derivadas de preços ou taxas de mercado, ou ainda, são estimadas com base em premissas (Nível 3).

O valor produzido por um modelo ou por uma técnica de avaliação é ajustado para refletir diversos fatores, uma vez que as técnicas de avaliação podem não refletir adequadamente todos os fatores que os participantes do mercado consideram quando realizam uma transação.

Os ajustes de avaliação são registrados levando-se em conta os riscos dos modelos, as diferenças entre o preço de compra e venda, riscos de crédito e liquidez, bem como outros fatores. Na opinião da Administração, tais ajustes de avaliação são necessários e apropriados para a correta demonstração do valor justo dos instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial.

VI) Perdas de créditos esperadas

Em relação à provisão para perdas de crédito, a Resolução BCB nº 352/23 estabelecem critérios aplicáveis aos instrumentos financeiros, inclusive às operações de arrendamento mercantil, garantias financeiras prestadas, compromissos de crédito e créditos a liberar.

A Instituição apura o risco de crédito e as perdas esperadas de forma coletiva, agrupando os instrumentos financeiros, gerenciados de forma massificada, em grupos homogêneos de risco conforme sua política de crédito. Adota-se a metodologia completa de apuração de perdas esperadas associadas ao risco de crédito, definida no artigo nº 44, sendo obrigatória para instituições do Segmento I (S1).

As perdas esperadas são apuradas em bases prospectivas para instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, ao VJORA (com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais), ativos financeiros mensurados a VJR no nível 1 da hierarquia de valor justo que sejam títulos privados ou valores com característica de concessão de crédito, garantias financeiras, compromissos de crédito e créditos a liberar.

VII) Constituição de provisão

A provisão para perdas esperadas é constituída em seu reconhecimento inicial com base no estágio de risco de crédito do instrumento financeiro, como despesa do período e em contrapartida à adequada conta do ativo para ativos financeiros e arrendamentos mercantis ou do passivo para garantias financeiras, compromissos de crédito, créditos a liberar e contraprestações vincendas de operações de arrendamento mercantil operacional.

A provisão é constituída sobre o valor contábil bruto dos ativos financeiros, o qual inclui a apropriação de juros e encargos (*accrued*) pela taxa efetiva de juros até o momento em que se torna um ativo com problemas de recuperação de crédito.

Quanto a garantias financeiras prestadas, a provisão é constituída sobre o valor presente dos desembolsos futuros estimados de responsabilidade da instituição vinculados a contratos de garantias financeiras prestadas considerando a probabilidade de desembolsos futuros no caso da contraparte garantida não honrar a obrigação de acordo com as disposições contratuais vigentes.

A provisão para perda é revista mensalmente, sempre que há alteração na estimativa da perda esperada ou no estágio do instrumento.

VIII) Alocação em estágios

Os instrumentos financeiros são alocados em um de três estágios, desde o seu reconhecimento inicial e serão realocados entre eles à medida que seu risco de crédito aumente ou diminua, considerando o surgimento de fatos novos relevantes.

Primeiro estágio: Instrumentos que não sejam caracterizados como ativos com problema de recuperação de crédito e cujo risco de crédito não tenha aumentado significativamente. Considera-se que há aumento significativo do risco de crédito quando ocorrer atraso superior a 30 dias no pagamento do principal ou de encargos. Em casos específicos, admite-se considerar atraso de até 60 dias, conforme evidências consistentes e verificáveis.

Para os instrumentos alocados no primeiro estágio, a provisão corresponde à perda esperada apurada pela instituição, considerando a probabilidade de o instrumento se caracterizar como ativo financeiro com problema de recuperação de crédito nos próximos 12 meses ou durante o prazo esperado do instrumento, quando este for inferior a 12 meses.

Segundo estágio: Instrumentos cujo risco de crédito tenha aumentado significativamente ou que deixarem de ser caracterizados como ativos com problema de recuperação de crédito.

Para os instrumentos alocados no segundo estágio, a provisão corresponde à perda esperada apurada pela instituição, considerando a probabilidade de o instrumento se caracterizar como ativo com problema de recuperação de crédito durante todo o prazo esperado do instrumento financeiro.

Terceiro estágio: Instrumentos com problema de recuperação de crédito.

No terceiro estágio, a provisão corresponde à perda esperada apurada pela instituição, considerando que o instrumento se caracteriza como um ativo com problema de recuperação de crédito.

São classificados neste estágio: os ativos financeiros inadimplidos (mais de 90 dias de atraso), aqueles que tenham indicativo de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário requerer a garantias ou a colaterais e os ativos financeiros reestruturados.

Estes instrumentos têm seu reconhecimento de receitas suspenso (*stop-accrued*), sendo contabilizadas apenas no seu recebimento, pelo regime de caixa. Essa abordagem também se aplica a possíveis ganhos obtidos nas reestruturações.

Além disto, para ativos inadimplidos (atraso maior que 90 dias), que fazem parte do estágio 3, é constituída provisão para perdas incorridas, como um componente da provisão para perdas esperadas. Essa provisão é calculada com base em percentuais, de acordo com as carteiras (C1 à C5) e as faixas de atraso estipuladas na Resolução BCB nº 352/23.

Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco (cura), resultando no retorno do reconhecimento de receitas (*accrued*) para os instrumentos do estágio 3 e reversões de provisão.

Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação. O registro correspondente é efetuado em contas de compensação e controles de identificação mantendo-se até o esgotamento de todos os procedimentos de cobrança por um prazo mínimo de 5 anos. No caso de recuperações subsequentes ou reestruturações de ativos financeiros previamente baixados, os valores recuperados são creditados na demonstração do resultado até o limite do valor baixado anteriormente. Os ativos são então

...continuação

Bradesco - Kirton Corretora de Câmbio S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 58.229.246/0001-10

Sede: Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1.309 - 6º Andar - Vila Nova Conceição - São Paulo - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A provisão para Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) é calculada à alíquota-base de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre a parcela do lucro que exceder o limite legal. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) é apurada a alíquota de 15%.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, a origem e previsão de realização dos créditos tributários estão apresentadas na Nota 20.

g) Outros ativos

Em outros ativos estão classificados os tributos a compensar referente a crédito de imposto de renda e contribuição social de exercícios anteriores e antecipações não compensadas no próprio exercício.

Também estão classificadas nesse grupo as despesas antecipadas que representam as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestações de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo registradas no resultado de acordo com o regime de competência.

Os custos incorridos que estão relacionados com ativos correspondentes, que gerarão receitas em períodos subsequentes, são apropriados ao resultado de acordo com os prazos e montantes dos benefícios esperados e baixados diretamente no resultado quando os bens e direitos correspondentes já não fizerem parte dos ativos da Instituição ou quando não são mais esperados benefícios futuros.

Adicionalmente, em outros ativos estão demonstrados os ativos não financeiros mantidos para a venda que são bens recebidos em liquidação de instrumentos financeiros de difícil ou duvidosa solução não destinados ao próprio uso e bens de uso próprio que serão realizados pela sua venda, que estejam disponíveis para a venda imediata e que sua alienação seja altamente provável no período de um ano. Os bens recebidos estão registrados pelo menor valor entre: o valor justo do bem, líquido das despesas de vendas e o valor contábil bruto do respectivo instrumento financeiro de difícil ou duvidosa solução. Os bens próprios estão registrados pelo menor valor entre: o valor justo do bem, líquido das despesas de vendas e o seu valor contábil, líquido das provisões para perdas por redução ao valor recuperável e da depreciação ou amortização acumulada.

A composição dos Outros Ativos está apresentada na Nota 9.

h) Outros passivos

Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias, incorridos (em base *pro rata die*).

i) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade.

É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens, sendo: instalações, móveis, equipamentos de uso, sistemas de segurança e comunicações - 10% a 20% ao ano; sistemas de processamento de dados - 20% ao ano, e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

j) Intangível

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

É composto por:

- Rentabilidade futura/carteira de clientes adquirida e aquisição de direito para prestação de serviços bancários: são registradas e amortizadas, quando aplicável, pelo período no qual o ativo deverá contribuir, direta ou indiretamente, para o fluxo de caixa futuro, e ajustadas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável; e

- *Software*: são registrados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada (20% a 50% ao ano), a partir da data da sua disponibilidade para uso, e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. Gastos com o desenvolvimento interno de *software* são reconhecidos como ativo quando é possível demonstrar a intenção e a capacidade de concluir e utilizar tal desenvolvimento, bem como mensurar com segurança os custos diretamente atribuíveis ao intangível. Tais custos são amortizados durante sua vida útil estimada, considerando os benefícios econômicos futuros esperados.

k) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Os ativos, que estão sujeitos à amortização ou depreciação, são revisados para verificar seu valor recuperável sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda pela redução ao valor recuperável é reconhecida pelo excesso do valor contábil do ativo ou o valor contábil da sua Unidade Geradora de Caixa (UGC) sobre seu valor recuperável estimado. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo deduzido os custos de venda.

Para finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são aglutinados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo, que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupo de ativos (UGC). Para finalidade de testar o valor recuperável do ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*), sujeito a um teste de teto de segmento operacional, as UGCs para as quais o ágio foi alocado são agregadas de maneira que o nível no qual o teste de valor recuperável é aplicado, reflete o nível mais baixo no qual o ágio é monitorado para fins de reporte interno.

Ao avaliar o valor em uso, são utilizadas as projeções de resultados futuros baseados nos planos de negócio e orçamento, e os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente utilizando-se uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflete avaliações no mercado corrente do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou UGC.

Ativos corporativos da Instituição não geram fluxos de caixa separados e são utilizados por mais de uma UGC. Esses ativos são alocados às UGCs em uma base razoável e consistente, e testados para redução ao valor recuperável como parte do teste da UGC para o qual o ativo está alocado.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas na redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGC) e, subsequentemente, na redução dos outros ativos desta UGC (ou grupo de UGC) de modo *pro rata*.

l) Provisões, ativos e passivos contingentes - Fiscais e previdenciários

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução BCB nº 9/20, sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;

- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;

- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e

- Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade e são reconhecidas considerando a probabilidade de perda.

O detalhamento dos processos judiciais, bem como a segregação e movimentação dos valores registrados por natureza estão apresentados na Nota 11.

Resultado recorrente e não recorrente

Resultado não recorrente é o resultado que esteja relacionado com as atividades atípicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O resultado recorrente corresponde às atividades típicas da instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros estão apresentados na Nota 23.

Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para sua emissão.

São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e

- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Os eventos subsequentes quando existirem, serão descritos na Nota 23 e divulgados de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 24 - Eventos Subsequentes, aprovado pela Resolução BCB nº 2/20.

4) NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS

a) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2025

Resolução BCB nº 178/22 - Dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil contratadas pelas administradoras de consórcio, pelas instituições de pagamento, pelas sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários, pelas sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários e pelas sociedades corretoras de câmbio autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Resolução BCB nº 352/23, aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2025 - Dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das operações de *hedge*, substitui entre outras normas a Resolução nº 2.682, a Resolução nº 3.533, a Circular nº 3.068 e a Circular nº 3.082.

Em 16 de novembro de 2022, foi promulgada a Lei nº 14.467, que estabelece novas regras para a dedutibilidade das perdas de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essas regras impactam as bases de cálculo do imposto de renda e da CSLL, a partir de 1º de janeiro de 2025. A principal regra é a aplicação de fatores para dedução de operações inadimplidas (operações com atraso superior a noventa dias).

Com a publicação da Lei nº 15.078, em 27 de dezembro de 2024, as perdas relativas aos créditos inadimplidos em 31 de dezembro de 2024, que não tenham sido deduzidas até essa data (estoque), somente poderão ser excluídas na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL à razão de um oitenta e quatro avos ou cento e vinte avos, para cada mês do período de apuração, a partir de janeiro de 2026. Esta Lei vetou a dedução das perdas incorridas no ano de 2025 que excedam o lucro real do exercício. As perdas não deduzidas nesse período terão o mesmo tratamento do estoque de 1º de janeiro de 2025.

5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

| | Em 31 de dezembro - R\$ mil |
|---|-----------------------------|
| | 2025 |
| Disponibilidades em moeda nacional..... | 554 |
| Total de disponibilidades (caixa)..... | 554 |
| Cotas de Fundos de Investimentos..... | 605.967 |
| Total caixa e equivalentes de caixa (1)..... | 606.521 |

(1) Referem-se às operações cujos vencimentos, na data da efetiva aplicação eram iguais ou inferiores a 90 dias e que apresentavam risco insignificante de mudança de valor justo.

6) ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO

| | Em 31 de dezembro - R\$ mil | | | |
|---------------------------------------|-----------------------------|-----------------|---------------------------|------------------------------|
| | 2025 | | | |
| Títulos | Prazo indeterminado | Valor justo (1) | Valor de custo atualizado | Ganhos/Perdas não realizadas |
| Cotas de fundos de investimentos..... | 605.967 | 605.967 | 605.967 | - |
| Total geral..... | 605.967 | 605.967 | 605.967 | - |

(1) Valor de custo atualizado é similar ao valor justo.

7) RESULTADO DE OPERAÇÕES COM TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

| | R\$ mil | |
|--|---------------------|-------------------------------------|
| | 2º Semestre de 2025 | Acumulado em 31 de dezembro de 2025 |
| Receita com rendimentos com cotas de fundos..... | 41.808 | 76.199 |
| Total..... | 41.808 | 76.199 |

8) OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

| | Em 31 de dezembro - R\$ mil | |
|--|-----------------------------|--|
| | 2025 | |
| Devedores por depósitos em garantia..... | 39.435 | |
| Rendas a receber..... | 195 | |
| Total..... | 39.630 | |

9) OUTROS ATIVOS

| | Em 31 de dezembro - R\$ mil | |
|-------------------------|-----------------------------|--|
| | 2025 | |
| Devedores diversos..... | 55 | |
| Outros..... | 3 | |
| Total..... | 58 | |

10) OUTRAS PROVISÕES

| | Em 31 de dezembro - R\$ mil | |
|--------------------------------------|-----------------------------|--|
| | 2025 | |
| Provisão para processos fiscais..... | 70.107 | |
| Outras (1)..... | 4.643 | |
| Total..... | 74.750 | |

(1) Corresponde a honorários advocatícios.

11) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis

A Instituição é parte em processos judiciais de natureza fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caibam mais recursos, ou a sua prescrição.

l) Provisão para riscos fiscais

A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados. Esses processos têm acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário e nas esferas administrativas.

As principais teses são:

- Contribuição Social - Diferença de alíquota - Discussão da inconstitucionalidade da majoração da alíquota da CSLL de forma a torná-la mais gravosa para as instituições financeiras em ofensa ao princípio constitucional de isonomia, no montante de R\$ 3.454 mil; e
- Imposto de Renda - Lei nº 8.200/91 - Autuação fiscal decorrente da discussão da inconstitucionalidade da Lei nº 8.200/91 quanto à limitação de dedutibilidade da despesa de correção monetária, no montante de R\$ 13.826 mil.

Em geral, as provisões referentes às ações judiciais são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judiciário brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas.

II) Movimentação das provisões segregadas por natureza

| | R\$ mil | | |
|---|--------------|---------------|---------------|
| | Trabalhistas | Fiscais (1) | Total |
| Saldo em 1º de janeiro de 2025 | 14 | 24.140 | 24.154 |
| Atualização monetária..... | 1 | 1.010 | 1.011 |
| Constituições líquidas de (reversões e baixas) (1)..... | (15) | 45.169 | 45.154 |
| Pagamento..... | - | (212) | (212) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2025 | - | 70.107 | 70.107 |

(1) Contempla os valores relativos à Adesão ao Programa de Transação Integral (PTI).

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente e totalizaram, em 31 de dezembro de 2025, R\$ 119 mil para processos trabalhistas, R\$ 17 mil para os processos civis e R\$ 210.852 mil para os processos fiscais.

Os principais processos fiscais com essa classificação são:

- Autuações fiscais para exigência de valores de IRPJ, CSLL, PIS e Cofins em decorrência dos procedimentos envolvendo a desmutualização da B3. No período foram incluídos no PTI (Programa de Transação Individual), débitos que estavam em discussão na justiça envolvendo a desmutualização da B3;
- Autuações e glosas de compensações de créditos de PIS e Cofins, lançadas após o trânsito em julgado favorável em processo judicial onde foi discutida a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo pretendida para outras receitas que não as de Faturamento (Lei nº 9.718/98), no montante de R\$ 29.049 mil; e
- A autuação de Imposto de Renda Retido na Fonte, na condição de responsável tributário, sobre rendimentos auferidos por Investidores Não Residentes (INR), referente ao ano de 2017, no montante de R\$ 159.811 mil.

12) OUTROS PASSIVOS

| | Em 31 de dezembro - R\$ mil |
|-----------------------------|-----------------------------|
| | 2025 |
| Sociais e estatutárias..... | 13.058 |
| Outros..... | 828 |
| Total..... | 13.886 |

13) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, no montante de R\$ 276.000 mil é representado por 181.237.792 ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal.

b) Reservas de lucros

| | Em 31 de dezembro - R\$ mil |
|---------------------------------|-----------------------------|
| | 2025 |
| Reservas de lucros | 301.642 |
| - Reserva legal (1)..... | 6.767 |
| - Reserva estatutária (2)..... | 294.875 |

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Instituição, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado, o enquadramento é verificado na Assembleia Gerat de aprovação das demonstrações financeiras.

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não seja inferior a 25% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos. O cálculo dos dividendos relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 está demonstrado a seguir:

| | R\$ mil | % (1) |
|---|---------------|------------|
| Lucro líquido | 54.961 | |
| (-) Reserva legal - 5% sobre o lucro..... | (2.748) | |
| Base de cálculo | 52.213 | 25% |
| Dividendos propostos em 31 de dezembro de 2025 | 13.053 | 25% |

(1) Percentual dos dividendos em relação à base de cálculo.

d) Lucro por ação

O lucro por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro líquido, atribuído aos acionistas da Instituição, pela quantidade total de ações.

| | Acumulado em 31 de dezembro - R\$ mil | |
|--|---------------------------------------|--|
| | 2025 | |
| Lucro líquido atribuível aos acionistas..... | 54.961 | |
| Número de ações..... | 181.237.792 | |
| Lucro por lote de mil ações atribuível aos acionistas (R\$) | 303,26 | |

14) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

| | R\$ mil | |
|-----------------------------|---------------------|-------------------------------------|
| | 2º Semestre de 2025 | Acumulado em 31 de dezembro de 2025 |
| Serviços de corretagem..... | 14.619 | 20.208 |
| Total..... | 14.619 | 20.208 |

15) DESPESAS ADMINISTRATIVAS

| | R\$ mil | |
|---------------------------------------|---------------------|-------------------------------------|
| | 2º Semestre de 2025 | Acumulado em 31 de dezembro de 2025 |
| Processamento de dados..... | 171 | 293 |
| Serviços técnicos especializados..... | 245 | 320 |
| Serviços do sistema financeiro..... | 45 | 90 |
| Despesas com seguros..... | - | 30 |
| Despesas de publicações..... | 5 | 8 |
| Outras..... | 23 | 64 |
| Total..... | 489 | 805 |

16) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

| | R\$ mil | |
|--|---------------------|-------------------------------------|
| | 2º Semestre de 2025 | Acumulado em 31 de dezembro de 2025 |
| Contribuição à Cofins..... | 2.257 | 3.856 |
| Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN..... | 731 | 1.010 |
| Contribuição ao PIS..... | 367 | 627 |
| Outras..... | 4 | 5 |
| Total..... | 3.359 | 5.498 |

17) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

| | R\$ mil | |
|---|---------------------|-------------------------------------|
| | 2º Semestre de 2025 | Acumulado em 31 de dezembro de 2025 |
| Atualização de depósitos judiciais..... | 1.063 | 1.824 |
| Outras (1)..... | 83.934 | 83.977 |
| Total..... | 84.997 | 85.801 |

(1) Contempla os valores relativos à Adesão ao Programa de Transação Integral (PTI).

18) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

| | R\$ mil | |
|------------------------------------|---------------------|-------------------------------------|
| | 2º Semestre de 2025 | Acumulado em 31 de dezembro de 2025 |
| Atualização monetária passiva..... | 542 | 1.009 |
| Outras (1)..... | 121.872</ | |

Bradesco - Kirton Corretora de Câmbio S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 58.229.246/0001-10

Sede: Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1.309 - 6º Andar - Vila Nova Conceição - São Paulo - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

| | R\$ mil | | | Saldo em 31 de dezembro de 2025 |
|---|--------------------------------|---------------|------------|---------------------------------|
| | Saldo em 1º de janeiro de 2025 | Constituição | Realização | |
| Provisões fiscais..... | 8.942 | 404 | - | 9.346 |
| Provisões trabalhistas..... | 6 | - | (6) | - |
| Outros..... | 1.550 | 217 | - | 1.767 |
| Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias | 10.498 | 621 | (6) | 11.113 |
| Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social..... | - | 9.590 | - | 9.590 |
| Total dos créditos tributários | 10.498 | 10.211 | (6) | 20.703 |
| Obrigações fiscais diferidas (Nota 20e)..... | 2.921 | 656 | - | 3.577 |
| Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas | 7.577 | 9.555 | (6) | 17.126 |

d) Projeção de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social

| | Em 31 de dezembro - R\$ mil | | | | |
|-------------------|-----------------------------|---------------------|---------------------------------|---------------------|---------------|
| | 2025 | | Prejuízo fiscal e base negativa | | Total |
| | Imposto de renda | Contribuição social | Imposto de renda | Contribuição social | |
| 2026..... | 2.028 | 1.217 | 5.994 | 3.596 | 12.835 |
| 2027..... | 2.320 | 1.392 | - | - | 3.712 |
| 2028..... | 1.736 | 1.042 | - | - | 2.778 |
| 2029..... | 861 | 517 | - | - | 1.378 |
| Total..... | 6.945 | 4.168 | 5.994 | 3.596 | 20.703 |

A projeção de realização dos créditos tributários é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis. Em 31 de dezembro de 2025, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 19.807 mil, sendo: R\$ 10.421 mil de diferenças temporárias e R\$ 9.386 mil de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social. Todos os créditos tributários do Bradesco-Kirton Corretora de Câmbio foram devidamente ativados.

e) Obrigações fiscais diferidas

| | R\$ mil | | | Saldo em 31 de dezembro de 2025 |
|---|--------------------------------|--------------|------------|---------------------------------|
| | Saldo em 1º de janeiro de 2025 | Constituição | Realização | |
| Atualização de depósitos judiciais..... | 2.921 | 656 | - | 3.577 |
| Total dos impostos diferidos (Nota 20c)..... | 2.921 | 656 | - | 3.577 |

21) BALANÇO PATRIMONIAL POR PRAZO

| | R\$ mil | | | | | |
|---|-------------|---------------|----------------|-------------------|---------------------|----------------|
| | 1 a 30 dias | 31 a 180 dias | 181 a 360 dias | Acima de 360 dias | Prazo indeterminado | Total |
| Ativo | | | | | | |
| Disponibilidades..... | 554 | - | - | - | - | 554 |
| Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado..... | - | - | - | - | 605.967 | 605.967 |
| Títulos e valores mobiliários..... | - | - | - | - | 605.967 | 605.967 |
| Ativos financeiros ao custo amortizado..... | 196 | - | - | 39.434 | - | 39.630 |
| Outros ativos financeiros..... | 196 | - | - | 39.434 | - | 39.630 |
| Impostos a compensar..... | - | - | - | 6.262 | - | 6.262 |
| Créditos tributários..... | - | 6.417 | 6.417 | 7.869 | - | 20.703 |
| Outros ativos..... | 58 | - | - | - | - | 58 |
| Total em 31 de dezembro de 2025..... | 808 | 6.417 | 6.417 | 53.565 | 605.967 | 673.174 |

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da Bradesco-Kirton Corretora de Câmbio S.A. São Paulo - SP

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da Bradesco-Kirton Corretora de Câmbio S.A. ("Corretora" ou "Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras da Bradesco-Kirton Corretora de Câmbio S.A., em 31 de dezembro de 2025, foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Informações comparativas
Chamamos a atenção para a Nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa da apresentação, nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução BCB nº 352 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores
A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações financeiras
A administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

| | R\$ mil | | | | | |
|---|-------------|---------------|----------------|-------------------|---------------------|----------------|
| | 1 a 30 dias | 31 a 180 dias | 181 a 360 dias | Acima de 360 dias | Prazo indeterminado | Total |
| Passivo | | | | | | |
| Provisões..... | - | - | - | 74.750 | - | 74.750 |
| Outras provisões..... | - | - | - | 74.750 | - | 74.750 |
| Impostos diferidos..... | - | - | - | 3.577 | - | 3.577 |
| Impostos correntes..... | 503 | - | - | 176 | - | 679 |
| Outros passivos..... | - | - | 13.058 | 828 | - | 13.886 |
| Total do passivo..... | 503 | - | 13.058 | 79.331 | - | 92.892 |
| Patrimônio líquido..... | - | - | - | - | 580.282 | 580.282 |
| Total em 31 de dezembro de 2025..... | 503 | - | 13.058 | 79.331 | 580.282 | 673.174 |

22) INSTRUMENTOS FINANCEIROS MENSURADOS A VALOR JUSTO

Para instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo, é requerida a divulgação das mensurações de acordo com os seguintes níveis hierárquicos de valor justo:

- Nível 1
- Nível 2

Dados observáveis, que não os preços de Nível 1, tais como preços cotados para ativos ou passivos similares; preços cotados em mercados não ativos; ou outros dados que são observáveis no mercado ou que possam ser confirmados por dados observáveis de mercado para, substancialmente, todo o prazo dos ativos ou passivos. Os ativos e passivos de Nível 2 incluem contratos de derivativos, cujo valor é determinado usando um modelo de precificação com dados, que são observáveis no mercado ou que possam ser deduzidos, principalmente, de ou ser confirmados por dados observáveis de mercado, incluindo, mas não limitados a curvas de rendimento, taxas de juros, volatilidades, preços de títulos de dívida e patrimoniais e taxas de câmbio.

Dados não observáveis, que são suportados por pouca ou nenhuma atividade de mercado e que sejam significativos ao valor justo dos ativos ou passivos. Os ativos e passivos de Nível 3, geralmente, incluem instrumentos financeiros, cujo valor é determinado usando modelos de precificação, metodologias de fluxo de caixa descontado, ou técnicas similares, assim como instrumentos para os quais a determinação do valor justo requer julgamento ou estimativa significativos da Administração. Esta categoria, geralmente, inclui certos títulos emitidos por instituições financeiras e empresas não financeiras e certos contratos de derivativos.

A marcação a valor justo dos títulos os quais não apresentam fonte pública, consistente e regular de divulgação, a Instituição utiliza os modelos definidos pela CMM (Comissão de Marcação a Mercado) e disponibilizado através do manual de marcação a mercado para cada modalidade de título. Por meio de métodos e modelos matemáticos financeiros, os quais capturaram os efeitos e variações nos preços dos ativos objetos da marcação a valor justo ou de similares.

Valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros:

| | Em 31 de dezembro - R\$ mil | |
|--|-----------------------------|-------------|
| | 2025 | |
| | Valor contábil | Valor justo |
| Ativos | | |
| Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado..... | 605.967 | 605.967 |

Em 31 de dezembro de 2025, a Instituição possui na composição dos títulos e valores mobiliários aplicação em cotas de fundo de investimento (títulos privados), no montante de R\$ 605.967 mil, classificados com "Nível 1".

23) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Resultados recorrentes e não recorrentes
De acordo com a Resolução BCB nº 2/20 (Artigo 34) e política de avaliação e mensuração de eventos não recorrentes da Instituição, apresentamos abaixo os resultados recorrentes e não recorrentes do período:
Nosso resultado contábil em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 54.961 mil, sendo todo este valor tratado como resultado recorrente.

b) Gerenciamento de riscos
A atividade de gerenciamento de riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos, e da globalização dos negócios da Organização. O dinamismo dos mercados nos conduz a um constante aprimoramento desta atividade, na busca das melhores práticas. A Organização exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle.
A Corretora, como parte integrante da Organização adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

c) Eventos subsequentes
Não houve eventos subsequentes que, requeiram ajustes ou divulgações, nas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2025.

| A DIRETORIA | |
|------------------------------|--|
| Rodrigo Selingardi do Amaral | |
| Contador - CRC 1SP324129/O-1 | |

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contuio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.

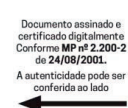
Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 11 de março de 2026



KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6

Juliana Viegas Scardoa
Contadora CRC 1SP-295328/O-2



A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 14/03/2026. Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: <https://www.jornalodiassp.com.br/leioes-publicidade-legal>



Bradesco S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 61.855.045/0001-32

Sede: Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1.309, 11º Andar, Vila Nova Conceição - São Paulo - SP



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras do semestre e exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 da Bradesco S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários (Bradesco Corretora ou Instituição), elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

No exercício de 2025, a Bradesco Corretora registrou lucro líquido no montante de R\$ 7 milhões, patrimônio líquido de R\$ 83 milhões e ativos totais de R\$ 244 milhões.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil

| Ativo | Nota | 2025 |
|---|------|----------------|
| Disponibilidades | 5 | 306 |
| Ativos Financeiros ao Custo Amortizado | | 209.707 |
| Aplicações Interfinanceiras de Liquidez..... | 6a | 113.938 |
| Outros Ativos Financeiros..... | 7 | 95.769 |
| Impostos a Compensar | | 704 |
| Créditos Tributários | 19c | 30.893 |
| Investimentos em Coligadas | 8 | 22 |
| Outros Ativos | 9 | 2.164 |
| Total do Ativo | | 243.796 |

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Diretoria

A política de dividendos da Bradesco Corretora assegura aos acionistas o dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, de 1% do lucro líquido ajustado, conforme previsto no seu estatuto social. A Instituição não possui acordo de acionistas relativo à política de reinvestimento de lucros.

A Bradesco Corretora contrata e faz gestão dos serviços de auditoria independente de forma centralizada pela Organização Bradesco, conforme divulgado nas demonstrações financeiras consolidadas do Banco Bradesco S.A.

Agradecemos o apoio e confiança dos nossos clientes e parceiros comerciais e o trabalho dedicado dos nossos funcionários e demais colaboradores.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil

| | Nota | 2º Semestre de 2025 | Acumulado em 31 de dezembro de 2025 |
|---|------|---------------------|-------------------------------------|
| Receitas da Intermediação Financeira | | 8.459 | 16.167 |
| Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez..... | 6b | 8.459 | 16.167 |
| Resultado Bruto da Intermediação Financeira | | 8.459 | 16.167 |
| Outras Receitas/(Despesas) Operacionais | | (14.833) | (44.336) |
| Despesas de Pessoal..... | 14 | (9) | (145) |
| Despesas Administrativas..... | 15 | (1.000) | (1.525) |
| Despesas Tributárias..... | 16 | (394) | (817) |
| Resultado de Participações em Coligadas..... | 8 | 1 | 2 |
| Outras Receitas Operacionais..... | 17 | 4.175 | 9.355 |
| Outras Despesas Operacionais..... | 18 | (4.945) | (8.119) |
| Provisão Cível, Fiscal e Trabalhista..... | 11b | (12.661) | (43.087) |
| Resultado Operacional | | (6.374) | (28.169) |
| Resultado antes da Tributação sobre o Lucro | | (6.374) | (28.169) |
| Imposto de Renda e Contribuição Social..... | 19a | 6.843 | 35.450 |
| Lucro Líquido | | 469 | 7.281 |
| Lucro por ação em R\$ | | 0,48 | 7,49 |

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Reais mil

| | 2º Semestre de 2025 | Acumulado em 31 de dezembro de 2025 |
|---|---------------------|-------------------------------------|
| Lucro Líquido do Período | 469 | 7.281 |
| Itens que podem ser Reclassificados para o Resultado..... | - | - |
| Total dos Ajustes Não Incluídos no Lucro Líquido..... | - | - |
| Resultado Abrangente do Período | 469 | 7.281 |

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTA EXPLICATIVA DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Bradesco S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários (Bradesco Corretora ou Instituição) tem como objetivo principal, intermediar operações com ações e contratos futuros negociadas na B3 e títulos públicos e privados registrados na SELIC e CETIP.

É parte integrante da Organização Bradesco (Organização), sendo suas operações conduzidas de forma integrada a um conjunto de empresas, que atuam nos mercados financeiros e de capitais, utilizando-se de seus recursos administrativos, tecnológicos e na gestão de riscos. Suas demonstrações financeiras devem ser entendidas neste contexto.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen) advindas da Resolução BCB nº 2/20 incluindo as diretrizes emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com as respectivas alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09. Para a contabilização das operações, foram utilizadas as normas e instruções do Banco Central do Brasil (Bacen).

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras da Instituição evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente em 2025.

As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção da Resolução BCB nº 352/23 foram aplicadas prospectivamente na data de sua adoção inicial.

A Instituição optou pela isenção facultada pela Norma de não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores, decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas), nas demonstrações financeiras, referentes aos períodos do ano de 2025. Os efeitos decorrentes da aplicação dos critérios contábeis, estabelecidos pela Resolução BCB nº 352/23, foram registrados em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados pelo valor líquido dos efeitos tributários.

As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas que são revisadas, no mínimo, anualmente, tais como: a mensuração de perdas esperadas com instrumentos financeiros; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros.

Alguns números incluídos neste relatório foram submetidos a ajustes de arredondamento. Assim sendo, os valores indicados como totais em alguns quadros podem não ser a soma aritmética dos números que os precedem.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 11 de março de 2026.

3) PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda Funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Instituição.

b) Apuração do resultado

As receitas dos ativos financeiros e as despesas de juros de passivos são reconhecidas pelo regime de competência na demonstração do resultado. Com relação aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ao VJORA e as despesas de juros de passivos classificados ao custo amortizado a Instituição utiliza o método da taxa efetiva de juros, com exceção de instrumentos de patrimônio.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações em ouro, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresente risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pela Bradesco Corretora para gerenciar o fluxo de seus compromissos de curto prazo. A composição das disponibilidades e das aplicações registradas em caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota 5.

d) Ativos e passivos financeiros

1 - Ativos financeiros

A Instituição classifica e mensura os ativos financeiros com base tanto no modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de fluxo de caixa contratual.

A Instituição classifica os ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao custo amortizado (CA); (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR).

- **Modelo de negócio:** Configura a maneira pela qual a Instituição administra seu ativo financeiro para gerar fluxos de caixa. O objetivo da Administração para um determinado modelo de negócio, é: (i) manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais; (ii) manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais e venda; ou (iii) manter os ativos para negociação. Quando os ativos financeiros se enquadram nos modelos de negócios (i) e (ii) deve-se aplicar o teste SPPI (somente pagamento de principal e juros). Os ativos financeiros mantidos sob o modelo de negócios (iii) são mensurados ao VJR.

- **Teste SPPI:** O objetivo deste teste é avaliar os termos contratuais dos instrumentos financeiros para determinar se dão origem a fluxos de caixa em datas específicas que se enquadram como somente pagamento de principal e juros sobre o montante principal.

Neste sentido, o principal se refere ao valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial e juros se referem à contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo, ao risco de crédito associado ao valor do principal em aberto durante período específico e a outros riscos e custos básicos de empréstimos. Os instrumentos financeiros que não se enquadram no conceito mencionado acima são mensurados a VJR.

- Mensurados a valor justo por meio do resultado

Todos os ativos financeiros que não atendam aos critérios de mensuração ao custo amortizado ou ao VJORA, são classificados como mensurados ao VJR, além daqueles ativos que no reconhecimento inicial são irrevogavelmente designados ao VJR, caso isso elimine ou reduza significativamente descasamentos contábeis.

Os ativos financeiros mensurados a VJR são registrados e inicialmente avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos e avaliados pelo valor justo no balanço e os custos de transação são registrados diretamente no resultado do período.

Ganhos e perdas realizados e não realizados decorrentes de mudanças no valor justo de ativos financeiros não derivativos são reconhecidos diretamente no resultado em "Ganhos/(perdas) líquidos de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado". As receitas de juros de ativos financeiros mensurados ao VJR são reconhecidas em "Resultado de operações com títulos e valores mobiliários".

- Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

São ativos financeiros que atendam ao critério do teste SPPI, cujo objetivo seja tanto manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais quanto para venda.

São reconhecidos inicialmente a valor justo, mais as receitas ou custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou a sua emissão e são mensurados, subsequentemente, a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão, até que o ativo financeiro deixe de ser reconhecido. As perdas de crédito esperadas são registradas na demonstração do resultado.

A receita de juros é reconhecida no resultado utilizando-se do método da taxa efetiva de juros. A receita de dividendos é reconhecida na demonstração do resultado, na rubrica de "Resultado de operações com títulos e valores mobiliários" quando a Instituição passa a ter direito ao dividendo. Os ganhos ou perdas originadas das variações cambiais em investimentos de títulos de dívida classificadas como VJORA são reconhecidas na demonstração do resultado.

A Instituição pode adicionalmente designar de forma irrevogável um instrumento patrimonial, para os quais não exista a estratégia de negociação para a categoria de Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes. Neste caso, não há registro de quaisquer efeitos na Demonstração do Resultado de eventos subsequentes relativos a este ativo, com exceção de dividendos que representam o próprio resultado do investimento.

- Mensurados ao custo amortizado

São ativos financeiros que atendam ao critério do teste SPPI, cujo objetivo é o de manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais.

Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são ativos reconhecidos inicialmente a valor justo incluindo os custos diretos e incrementais, e contabilizados, subsequentemente, pelo custo amortizado, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros. No caso de perda de crédito esperada é reconhecida uma dedução do valor contábil do ativo financeiro e é reconhecida na demonstração do resultado.

II - Passivos financeiros

A Instituição classifica seus passivos financeiros como mensurados ao custo amortizado, utilizando-se do método da taxa efetiva de juros, exceto para os passivos financeiros para negociação.

Os passivos financeiros para negociação reconhecidos pela Instituição são os instrumentos financeiros derivativos que são registrados e avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas alterações do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado.

A Instituição não possui nenhum passivo financeiro designado a valor justo por meio do resultado.

III - Baixa

É realizada a baixa do ativo financeiro quando não há expectativa razoável de recuperação, quando os direitos contratuais de seus fluxos de caixa expiram, ou quando se transferem os direitos de recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre o ativo financeiro e, substancialmente, todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro também são transferidos. A Instituição efetua a baixa de um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são pagas, resgatadas, canceladas ou expiradas.

IV - Renegociação e reestruturação

Os ativos financeiros renegociados são aqueles em que há alteração das condições originalmente pactuadas do instrumento ou a substituição do instrumento financeiro original por outro, com liquidação ou refinanciamento parcial ou integral da respectiva obrigação original. As renegociações em que há concessões significativas à contraparte, em decorrência da deterioração relevante de sua qualidade creditícia, as quais não seriam concedidas caso não ocorresse tal deterioração são caracterizadas como reestruturações.

V - Determinação do valor justo

A determinação do valor justo da maioria dos ativos e passivos financeiros é baseada nos preços de cotações do mercado ou cotações de preços de distribuidoras para os instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (Nível 1).

Para os demais instrumentos financeiros, o valor justo é determinado utilizando-se de técnicas de avaliação, as quais incluem uso de transações em mercado recente, método de fluxos de caixa descontados, comparação com instrumentos similares para os quais existam preços observáveis no mercado e modelos de avaliação.

Para outros instrumentos mais comumente tratados, a Instituição utiliza modelos de avaliação conhecidos, que consideram dados observáveis no mercado, a fim de determinar o valor justo de instrumentos financeiros (Nível 2).

Para instrumentos mais complexos, a Instituição utiliza modelos próprios, que usualmente são desenvolvidos com base em modelos de avaliação reconhecidos. Algumas informações incluídas nesses modelos podem não ser observáveis no mercado e são derivadas de preços ou taxas de mercado, ou ainda, são estimadas com base em premissas (Nível 3).

O valor produzido por um modelo ou por uma técnica de avaliação é ajustado para refletir diversos fatores, uma vez que as técnicas de avaliação podem não refletir adequadamente todos os fatores que os participantes do mercado consideram quando realizam uma transação.

Os ajustes de avaliação são registrados levando-se em conta os riscos dos modelos, as diferenças entre o preço de compra e venda, riscos de crédito e liquidez, bem como outros fatores. Na opinião da Administração, tais ajustes de avaliação são necessários e apropriados para a correta demonstração do valor justo dos instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial.

VI - Perdas de créditos esperadas

Em relação à provisão para perdas de crédito, a Resolução BCB nº 352/23 estabelecem critérios aplicáveis aos instrumentos financeiros, inclusive às operações de arrendamento mercantil, garantias financeiras prestadas, compromissos de crédito e créditos a liberar.

A Instituição aplica o risco de crédito e as perdas esperadas de forma coletiva, agrupando os instrumentos financeiros, gerenciados de forma massificada, em grupos homogêneos de risco conforme sua política de crédito. Adota-se a metodologia completa de apuração de perdas esperadas associadas ao risco de crédito, definida no artigo nº 44, sendo obrigatória para instituições do Segmento 1 (S1).

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil

| Eventos | Capital Social | | Reservas de Lucros | | Lucros Acumulados | | Totais |
|---|----------------|--------------|--------------------|-------------|-------------------|--------|---------------|
| | Legal | Estatutária | Legal | Estatutária | Acumulados | Totais | |
| Saldos em 31 de dezembro de 2024 | 68.663 | 7.441 | - | - | - | - | 76.104 |
| Lucro Líquido..... | - | - | - | - | 7.281 | 7.281 | - |
| Destinações: - Reserva..... | - | 364 | 6.848 | (7.212) | - | - | - |
| - Dividendos Propostos..... | - | - | - | - | (69) | (69) | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2025 | 68.663 | 7.805 | 6.848 | - | - | - | 83.316 |
| Saldos em 30 de junho de 2025 | 68.663 | 7.782 | 6.407 | - | - | - | 82.852 |
| Lucro Líquido..... | - | - | - | - | 469 | 469 | - |
| Destinações: - Reservas..... | - | 23 | 442 | (464) | - | - | - |
| - Dividendos Propostos..... | - | - | - | - | (5) | (5) | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2025 | 68.663 | 7.805 | 6.848 | - | - | - | 83.316 |

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Reais mil

| | 2º Semestre de 2025 | Acumulado em 31 de dezembro de 2025 |
|--|---------------------|-------------------------------------|
| Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais: | | |
| Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social | (6.374) | (28.169) |
| Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos | 14.022 | 44.565 |
| Constituições e Atualizações com Provisões Cíveis, Trabalhistas e Fiscais..... | 13.411 | 43.896 |
| Resultado de Participação em Coligadas..... | (1) | (2) |
| Outras..... | 612 | 671 |
| (Aumento)/Redução nas Variações em Ativos | 5.556 | 5.755 |
| Outros Instrumentos financeiros..... | 1.107 | (2.110) |
| Outros ativos..... | 4.449 | 7.865 |
| (Redução)/Aumento nas Variações em Passivos | (21.326) | (32.529) |
| Provisões..... | (21.068) | (32.266) |
| Outros Passivos..... | (258) | (102) |
| Impostos Pagos..... | - | (161) |
| Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais | (8.122) | (10.378) |
| Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa | (8.122) | (10.378) |
| Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período..... | 122.366 | 124.622 |
| Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período..... | 114.244 | 114.244 |
| Aumento/(Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa | (8.122) | (10.378) |

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

As perdas esperadas são apuradas em bases prospectivas para instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, ao VJORA (com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais), ativos financeiros mensurados a VJR no nível 1 da hierarquia de valor justo que sejam títulos privados ou operações com característica de concessão de crédito, garantias financeiras, compromissos de crédito e créditos a liberar.

VII - Constituição de provisão

A provisão para perdas esperadas é constituída em seu reconhecimento inicial com base no estágio de risco de crédito do instrumento financeiro, como despesa do período e em contrapartida à adequada conta do ativo para ativos financeiros e arrendamentos mercantis ou do passivo para garantias financeiras, compromissos de crédito, créditos a liberar e contraprestações vincendas de operações de arrendamento mercantil operacional.

A provisão é constituída sobre o valor contábil bruto dos ativos financeiros, o qual inclui a apropriação de juros e encargos (*accrued*) pela taxa efetiva de juros até o momento em que se torne um ativo com problemas de recuperação de crédito.

Quanto a garantias financeiras prestadas, a provisão é constituída sobre o valor presente dos desembolsos futuros estimados de responsabilidade da instituição vinculados a contratos de garantias financeiras prestadas considerando a probabilidade de desembolsos futuros no caso da contraparte garantida não honrar a obrigação de acordo com as disposições contratuais vigentes.

A provisão para perda é revista mensalmente, sempre que há alteração na estimativa da perda esperada ou no estágio do instrumento.

VIII - Alocação em estágios

Os instrumentos financeiros são alocados em um de três estágios, desde seu o reconhecimento inicial e serão realocados entre eles à medida que seu risco de crédito aumente ou diminua, considerando o surgimento de fatos novos relevantes.

Primeiro estágio: Instrumentos que não sejam caracterizados como ativos com problema de recuperação de crédito e cujo risco de crédito não tenha aumentado significativamente. Considera-se que há aumento significativo do risco de crédito quando ocorrer atraso superior a 30 dias no pagamento do principal ou de encargos. Em casos específicos, admite-se considerar atraso de até 60 dias, conforme evidências consistentes e verificáveis.

Para os instrumentos alocados no primeiro estágio, a provisão corresponde à perda esperada apurada pela instituição, considerando a probabilidade de o instrumento se caracterizar como ativo financeiro com problema de recuperação de crédito nos próximos 12 meses ou durante o prazo esperado do instrumento, quando este for inferior a 12 meses.

Segundo estágio: Instrumentos cujo risco de crédito tenha aumentado significativamente ou que deixarem de ser caracterizados como ativos com problema de recuperação de crédito.

Para os instrumentos alocados no segundo estágio, a provisão corresponde à perda esperada apurada pela instituição, considerando a probabilidade de o instrumento se caracterizar como ativo com problema de recuperação de crédito durante todo o prazo esperado do instrumento financeiro.

Terceiro estágio: Instrumentos com problema de recuperação de crédito.

No terceiro estágio, a provisão corresponde à perda esperada apurada pela instituição, considerando que o instrumento se caracteriza como um ativo com problema de recuperação de crédito.

São classificados neste estágio: os ativos financeiros inadimplidos (mais de 90 dias de atraso), aqueles que tenham indicativo de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais e os ativos financeiros reestruturados.

Estes instrumentos têm seu reconhecimento de receitas suspenso (*stop-accrued*), sendo contabilizados apenas no seu recebimento, pelo regime de caixa. Essa abordagem também se aplica a possíveis ganhos obtidos nas reestruturações.

Além disto, para ativos inadimplidos (atraso maior que 90 dias) que fazem parte do estágio 3, é constituída provisão para perdas incorridas, como um componente da provisão para perdas esperadas. Essa provisão é calculada com base em percentuais, de acordo com as carteiras (C1 à C5) e as faixas de atraso estipuladas na Resolução BCB nº 352/23.

Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco (cura), resultando no retorno do reconhecimento de receitas (*accrued*) para os instrumentos do estágio 3 e reversões de provisão.

Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação. O registro correspondente é efetuado em contas de compensação e de identificação mantendo-se até o esgotamento de todos os procedimentos de cobrança por um prazo mínimo de 5 anos. No caso de recuperações subsequentes ou reestruturações de ativos financeiros previamente baixados, os valores recuperados são creditados na demonstração do resultado até o limite do valor baixado anteriormente. Os ativos são então alocados no terceiro estágio, com provisão para perdas esperadas igual a totalidade do valor do instrumento.

Os eventuais ganhos provenientes da reestruturação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos, independentemente de serem operações ativas ou recuperadas de prejuízo.

A alocação em estágios é revista mensalmente; mensalmente, no caso de atrasos de pagamento de principal e encargos; a cada 6 meses para instrumentos de uma mesma contraparte cujo montante seja superior a 5% do patrimônio líquido da instituição; uma vez a cada 12 meses para os demais instrumentos, sempre que novos fatos indicarem alteração significativa da qualidade de crédito; e quando o instrumento for reestruturado.

IX - Apuração

A Instituição avalia a perda esperada associada ao risco de crédito dos instrumentos financeiros baseando-se em critérios consistentes e verificáveis, utilizando técnicas de mensuração compatíveis



Bradesco S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 61.855.045/0001-32

Sede: Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1.309, 11º Andar, Vila Nova Conceição - São Paulo - SP

NOTA EXPLICATIVA DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

k) Intangível

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. É composto por:

- **Rentabilidade futura/carteira de clientes adquirida e aquisição de direito para prestação de serviços bancários:** são registradas e amortizadas, quando aplicável, pelo período no qual o ativo deverá contribuir, direta ou indiretamente, para o fluxo de caixa futuro, e ajustadas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável; e
- **Software:** são registrados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada (20% a 50% ao ano), a partir da data da sua disponibilidade para uso, e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. Gastos com o desenvolvimento interno de software são reconhecidos como ativo quando é possível demonstrar a intenção e a capacidade de concluir e utilizar tal desenvolvimento, bem como mensurar com segurança os custos diretamente atribuíveis ao intangível. Tais custos são amortizados durante sua vida útil estimada, considerando os benefícios econômicos futuros esperados.

l) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Os ativos, que estão sujeitos à amortização ou depreciação, são revisados para verificar seu valor recuperável sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda pela redução ao valor recuperável é reconhecida pelo excesso do valor contábil do ativo ou o valor contábil da sua Unidade Geradora de Caixa (UGC) sobre seu valor recuperável estimado. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo deduzido os custos de venda.

Para finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são aglutinados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo, que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupo de ativos (UGC). Para finalidade de testar o valor recuperável do ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*), sujeito a um teste de teto de segmento operacional, as UGCs para as quais o ágio foi alocado são agregadas de maneira que o nível no qual o teste de valor recuperável é aplicado, reflete o nível mais baixo no qual o ágio é monitorado para fins de reporte interno.

Ao avaliar o valor em uso, são utilizadas as projeções de resultados futuros baseados nos planos de negócio e orçamento, e os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente utilizando-se uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflete avaliações no mercado corrente do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou UGC.

Ativos corporativos da Instituição não geram fluxos de caixa separados e são utilizados por mais de uma UGC. Esses ativos são alocados às UGCs em uma base razoável e consistente, e testados para redução ao valor recuperável como parte do teste da UGC para o qual o ativo está alocado.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas na redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGC) e, subsequentemente, na redução dos outros ativos desta UGC (ou grupo de UGC) de modo *pro rata*.

m) Provisões, ativos e passivos contingentes - Fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução BCB nº 9/20, sendo:

- **Ativos contingentes:** não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas.

• **Provisões:** são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;

• **Passivos contingentes:** de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e

• **Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais:** decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade e são reconhecidas considerando a probabilidade de perda.

O detalhamento dos processos judiciais, bem como a segregação e movimentação dos valores registrados por natureza estão apresentados na Nota 11.

n) Resultado recorrente e não recorrente

Resultado não recorrente é o resultado que esteja relacionado as atividades atípicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O resultado recorrente corresponde as atividades típicas da instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros apresentados na Nota 23a.

o) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para sua emissão.

São compostos por:

- **Eventos que originam ajustes:** são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e

8) INVESTIMENTOS EM COLIGADAS

Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados em contas de resultado, sob a rubrica de "Resultado de participações em coligadas":

| Empresa | 2025 | | Quantidade de cotas detidas (em milhares) | Participação no capital social | Lucro líquido ajustado | Valor contábil | Resultado da equivalência patrimonial |
|--|----------------|-----------------------------|---|--------------------------------|------------------------|----------------|---------------------------------------|
| | Capital social | Patrimônio líquido ajustado | | | | | |
| Marília Reflorestamento e Agropecuária Ltda. (1) | 2.500 | 4.050 | 13 | 0,54154% | 341 | 22 | 2 |

(1) A Administração possui avaliação que demonstra que a Instituição possui influência significativa nas investidas, por meio de: representação no Conselho de Administração e na Diretoria; participação nos processos de elaboração de política, inclusive em decisões sobre dividendos; operações materiais entre as partes; e intercâmbio de diretores.

9) OUTROS ATIVOS

| | Em 31 de dezembro - R\$ mil |
|---------------------------|-----------------------------|
| Direitos creditórios..... | 2.162 |
| Outros..... | 2 |
| Total..... | 2.164 |

10) OUTRAS PROVISÕES

| | Em 31 de dezembro - R\$ mil |
|---|-----------------------------|
| Provisão para contingências..... | 14.317 |
| Honorários de êxito..... | 1.355 |
| Provisão para pagamentos a efetuar..... | 163 |
| Total..... | 15.835 |

11) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis

A Instituição é parte em processos judiciais, de natureza trabalhista, civil e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caibam mais recursos, ou a sua prescrição.

I - Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter indenizações, em especial o pagamento de "horas extras", em razão de interpretação do artigo 224 da CLT. Considerando que a base de processos é formada, basicamente, por processos com características semelhantes e não julgados, a provisão é constituída considerando os seguintes fatores, entre outros: data da entrada dos processos (antes ou após a reforma trabalhista de novembro/2017), com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados nas reclamações trabalhistas antes e após a reforma trabalhista, correção monetária das médias apuradas.

É certo que as horas extras realizadas são controladas por meio do sistema de "ponto eletrônico" e pagas durante o curso normal do contrato de trabalho, de modo que as ações oriundas de ex-funcionários da Bradesco Corretora não têm valores individualmente relevantes.

II - Processos cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema e provisionadas sempre que a perda for constatada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de tribunais.

III - Provisão para riscos fiscais

A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados. Esses processos têm acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário e nas esferas administrativas.

Em geral, as provisões referentes às ações judiciais são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judiciário brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas.

IV - Movimentação das provisões - Despesas de provisões

| | R\$ mil | | | |
|---|--------------|--------------|--------------|---------------|
| | Trabalhista | Cível | Fiscal (1) | Total |
| Saldo em 1º de janeiro de 2025..... | 117 | 1.069 | 779 | 1.965 |
| Atualização monetária..... | 5 | 51 | 753 | 809 |
| Constituições líquidas de (reversões e baixas)..... | 18.321 | 51 | 24.715 | 43.087 |
| Pagamentos (2)..... | (12.607) | - | (18.937) | (31.544) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2025..... | 5.836 | 1.171 | 7.310 | 14.317 |

(1) Contempla os valores relativos à Adesão ao Programa de Transação Integral (PTI); e

(2) Pagamento de processo trabalhista e fiscal.

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente e totalizaram, em 31 de dezembro de 2025, R\$ 51 mil para os processos cíveis, R\$ 359 mil para processos trabalhistas e R\$ 92.714 mil para os processos fiscais.

Os principais processos fiscais com essa classificação são:

- Autuação de IRPJ e CSLL sobre suposto ganho não tributado quando da incorporação de ações da Bovespa pela nova Bolsa (BMF e Bovespa) no ano-calendário de 2008, no montante de R\$ 84.102 mil.

12) OUTROS PASSIVOS

| | Em 31 de dezembro - R\$ mil |
|--------------------------------|-----------------------------|
| Sociais e estatutárias..... | 127.510 |
| Credores diversos..... | 352 |
| Fiscais e previdenciárias..... | 408 |
| Total..... | 127.970 |

13) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social no montante de R\$ 68.663 mil está representado por 971.561.866 ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal.

b) Reservas de lucros

| | Em 31 de dezembro - R\$ mil |
|--------------------------------|-----------------------------|
| Reservas de lucros..... | 14.653 |
| - Reserva legal (1)..... | 7.805 |
| - Reserva estatutária (2)..... | 6.848 |

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Instituição, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado, o enquadramento é verificado na Assembleia Geral de aprovação das demonstrações financeiras.

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não sejam inferiores a 1% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de Lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos.

O cálculo dos dividendos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 está demonstrado a seguir:

| | R\$ mil | % (1) |
|--|--------------|-----------|
| Lucro líquido do período..... | 7.281 | |
| (-) Reserva legal - 5% sobre o lucro..... | 364 | |
| Base de cálculo..... | 6.917 | 1% |
| Dividendos propostos em 31 de dezembro de 2025..... | 69 | 1% |

(1) Percentual dos dividendos em relação a base de cálculo.

d) Lucro por ação

O lucro por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro líquido, atribuído aos acionistas da Instituição, pela quantidade da média ponderada de ações.

| | Em 31 de dezembro - R\$ mil |
|--|-----------------------------|
| Lucro líquido atribuído aos acionistas..... | 7.281 |
| Número médio ponderado de ações..... | 971.561.866 |
| Lucro por lote de mil ações atribuído aos acionistas (R\$)..... | 7,49 |

• **Eventos que não originam ajustes:** são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Os eventos subsequentes, quando existirem, serão descritos na Nota 23c e divulgados de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 24 - Eventos Subsequentes, aprovado pela Resolução BCB nº 2/20.

4) NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS

a) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2025

Resolução BCB nº 178/22 - Dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil contratadas pelas administradoras de consórcio, pelas instituições de pagamento, pelas sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários, pelas sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários e pelas sociedades corretoras de câmbio autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Resolução BCB nº 352/23, aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2025 - Dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das operações de *hedge*, substitui entre outras normas a Resolução nº 2.682, a Resolução nº 3.533, a Circular nº 3.068 e a Circular nº 3.082.

Em 16 de novembro de 2022, foi promulgada a Lei nº 14.467, que estabelece novas regras para a dedutibilidade das perdas de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essa regra impacta as bases de cálculo do imposto de renda e da CSLL, a partir de 1º de janeiro de 2025. A principal regra é a aplicação de fatores para dedução de operações inadimplidas (operações com atraso superior a noventa dias).

Com a publicação da Lei nº 15.078, em 27 de dezembro de 2024, as perdas relativas aos créditos inadimplidos em 31 de dezembro de 2024, que não tenham sido deduzidas até essa data (estoque), somente poderão ser excluídas na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL à razão de um oitenta e quatro avos ou cento e vinte avos, para cada mês do período de apuração, a partir de janeiro de 2026. Esta lei vetou a dedução das perdas incorridas no ano de 2025 que excedam o lucro real do exercício. As perdas não deduzidas nesse período terão o mesmo tratamento do estoque de 1º de janeiro de 2025.

5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

| | Em 31 de dezembro - R\$ mil |
|--|-----------------------------|
| Disponibilidades em moeda nacional..... | 306 |
| Total de disponibilidades (caixa)..... | 306 |
| Aplicações interfinanceiras de liquidez..... | 113.938 |
| Total de caixa e equivalentes de caixa (1)..... | 114.244 |

(1) Referem-se às operações cujo vencimento na data da efetiva aplicação foi igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

6) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Composição e prazos

| | Em 31 de dezembro - R\$ mil | |
|---|-----------------------------|----------------|
| | Até 90 dias | Total |
| Aplicações em mercado aberto: | | |
| Posição bancada..... | 113.938 | 113.938 |
| Notas do tesouro nacional..... | 113.938 | 113.938 |
| Total em 31 de dezembro de 2025..... | 113.938 | 113.938 |
| %..... | 100,0 | 100,0 |

b) Recitas de aplicações interfinanceiras de liquidez

Classificadas na demonstração do resultado como resultado de operações interfinanceiras de liquidez:

| | R\$ mil | |
|---|---------------------|-------------------------------------|
| | 2º Semestre de 2025 | Acumulado em 31 de dezembro de 2025 |
| Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez: | | |
| Posição bancada..... | 8.459 | 16.167 |
| Total..... | 8.459 | 16.167 |

7) OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

| | Em 31 de dezembro - R\$ mil | |
|---|-----------------------------|---------------|
| Devedores por depósito em garantia..... | | 90.283 |
| Pagamentos a ressarcir..... | | 5.486 |
| Total..... | | 95.769 |

e) Lucro por ação diluído

O lucro por ação diluído não difere do lucro por ação básico, pois não há instrumentos potenciais diluíveis.

14) DESPESAS DE PESSOAL

| | R\$ mil | |
|-----------------------|---------------------|-------------------------------------|
| | 2º Semestre de 2025 | Acumulado em 31 de dezembro de 2025 |
| Proventos..... | 7 | 107 |
| Encargos sociais..... | 2 | 38 |
| Total..... | 9 | 145 |

15) DESPESAS ADMINISTRATIVAS

| | R\$ mil | |
|--|---------------------|-------------------------------------|
| | 2º Semestre de 2025 | Acumulado em 31 de dezembro de 2025 |
| Serviços técnicos especializados..... | 985 | 1.485 |
| Propaganda, promoções e publicidade..... | 9 | 18 |
| Outras..... | 6 | 22 |
| Total..... | 1.000 | 1.525 |

16) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

| | R\$ mil | |
|----------------------------|---------------------|-------------------------------------|
| | 2º Semestre de 2025 | Acumulado em 31 de dezembro de 2025 |
| Contribuição à Cofins..... | 339 | 652 |
| Contribuição ao PIS..... | 55 | 106 |
| Outras..... | - | 59 |
| Total..... | 394 | 817 |

17) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

| | R\$ mil | |
|---|---------------------|-------------------------------------|
| | 2º Semestre de 2025 | Acumulado em 31 de dezembro de 2025 |
| Variação monetária ativa sobre depósitos judiciais..... | 3.351 | 6.305 |
| Reversão de provisão..... | 807 | 880 |
| Recuperação de encargos e despesas..... | 17 | 119 |
| Outras (1)..... | - | 2.051 |
| Total..... | 4.175 | 9.355 |

(1) Contempla os valores relativos à Adesão ao Programa de Transação Integral (PTI).

18) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

| | R\$ mil | |
|---------------------------------------|---------------------|-------------------------------------|
| | 2º Semestre de 2025 | Acumulado em 31 de dezembro de 2025 |
| Despesas compartilhadas (1)..... | 1.909 | 4.961 |
| Atualizações monetárias passivas..... | 750 | 809 |
| Provisão de outras contingências..... | 612 | 672 |
| Outras (2)..... | 1.674 | 1.677 |
| Total..... | 4.945 | 8.119 |

(1) Refere-se a despesas compartilhadas da estrutura de suporte administrativo do Controlador com a Bradesco CTVM; e

(2) Inclui baixa para valor não recuperável de ativo.

19) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

| | R\$ mil | |
|--|---------------------|-------------------------------------|
| | 2º Semestre de 2025 | Acumulado em 31 de dezembro de 2025 |
| Resultado antes do imposto de renda e contribuição social..... | (6.374) | (28.169) |
| Encargo total do imposto de renda (25%) e contribuição social (15%) às alíquotas vigentes..... | 2.549 | 11.267 |
| Efeito no cálculo dos tributos | | |



Bradesco S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 61.855.045/0001-32

Sede: Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1.309, 11ª Andar, Vila Nova Conceição - São Paulo - SP

NOTA EXPLICATIVA DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

d) Projeção de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

| | Em 31 de dezembro - R\$ mil | | | | |
|-------------------|-----------------------------|---------------------|---------------------------------|---------------------|---------------|
| | 2025 | | Prejuízo Fiscal e Base negativa | | |
| | Imposto de renda | Contribuição social | Imposto de renda | Contribuição social | Total |
| 2026..... | 585 | 351 | 1.678 | 1.006 | 3.620 |
| 2027..... | 544 | 327 | 1.691 | 1.015 | 3.577 |
| 2028..... | 390 | 234 | 1.737 | 1.042 | 3.403 |
| 2029..... | 390 | 234 | 1.801 | 1.081 | 3.506 |
| 2030..... | 5 | 3 | 1.990 | 1.194 | 3.192 |
| 2031..... | 5 | 3 | 2.067 | 1.240 | 3.315 |
| 2032..... | 5 | 3 | 2.146 | 1.288 | 3.442 |
| 2033..... | 5 | 3 | 2.228 | 1.337 | 3.573 |
| 2034..... | 5 | 3 | 2.031 | 1.218 | 3.257 |
| 2035..... | 5 | 3 | - | - | 8 |
| Total..... | 1.939 | 1.164 | 17.369 | 10.421 | 30.893 |

A projeção de realização de crédito tributário trata-se de estimativa e não é diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

Em 31 de dezembro de 2025, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 26.702 mil, sendo: R\$ 2.894 mil de diferenças temporárias e R\$ 23.808 mil de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social. Todos os créditos tributários da Bradesco Corretora foram devidamente ativados.

e) Obrigações Fiscais diferidas

| | R\$ mil | | |
|---|--------------------------------|--------------|------------|
| | Saldo em 1º de janeiro de 2025 | Constituição | Realização |
| Atualização de depósitos judiciais..... | 14.439 | 2.236 | - |
| Total dos impostos diferidos (Nota 19c)..... | 14.439 | 2.236 | - |

20) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas de acordo com a Resolução BCB nº 2/20. A Instituição faz parte da Organização Bradesco, que dispõe de política de transações com partes relacionadas que são divulgadas no site de Relações com Investidores. Essas operações são realizadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros vigentes nas datas das operações. As principais transações estão assim representadas:

| | Em 31 de dezembro - R\$ mil | |
|--|-----------------------------|--|
| | Controlador | 2025 |
| Ativo | | |
| Caixa e equivalentes de caixa (1)..... | | 114.244 |
| Passivo | | |
| Dívidas/Juros sobre capital próprio a pagar (2)..... | | 127.510 |
| Outros passivos (1)..... | | 352 |
| | | R\$ mil |
| | Controlador | Acumulado em 31 de dezembro de 2025 |
| Resultado | | |
| Receita da intermediação financeira (1)..... | 8.459 | 16.167 |
| Outras despesas (1)..... | (1.909) | (4.961) |

(1) Controlador Indireto - Banco Bradesco S.A.; e

(2) Controlador Direto - Banco Bradesco BBI S.A.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária são fixados:

- o montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração da Organização Bradesco, a ser paga aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
- a verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Instituição.

A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução BCB nº 8/20, para seu pessoal-chave da Administração.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da

Bradesco S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Bradesco S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários ("Bradesco CTVM" ou "Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras da Bradesco S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários, em 31 de dezembro de 2025, foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Informações comparativas

Chamamos a atenção para a Nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa da apresentação, nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução BCB nº 352 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações

21) BALANÇO PATRIMONIAL POR PRAZO

| | R\$ mil | | | | |
|--|----------------|---------------|----------------|-------------------|---------------------|
| | 1 a 30 dias | 31 a 180 dias | 181 a 360 dias | Acima de 360 dias | Prazo indeterminado |
| Ativo | | | | | |
| Disponibilidades..... | 306 | - | - | - | - |
| Ativos financeiros ao custo amortizado..... | 203.526 | - | - | 6.181 | - |
| Aplicações interfinanceiras de liquidez..... | 113.938 | - | - | - | - |
| Outros ativos financeiros..... | 89.588 | - | - | 6.181 | - |
| Impostos a compensar..... | - | - | 526 | 178 | - |
| Créditos tributários..... | - | 1.810 | 1.810 | 27.273 | - |
| Investimentos em coligadas..... | - | - | - | - | 22 |
| Outros ativos..... | 2.164 | - | - | - | - |
| Total em 31 de dezembro de 2025..... | 205.996 | 1.810 | 2.336 | 33.632 | 22 |
| Passivo | | | | | |
| Provisões..... | 8.096 | 18 | - | 7.720 | - |
| Outras provisões..... | 8.096 | 18 | - | 7.721 | - |
| Impostos diferidos..... | - | - | - | 16.675 | - |
| Outros passivos..... | 460 | - | 127.510 | - | - |
| Total do passivo..... | 8.556 | 18 | 127.510 | 24.396 | - |
| Patrimônio líquido..... | - | - | - | - | 83.316 |
| Total em 31 de dezembro de 2025..... | 8.556 | 18 | 127.510 | 24.396 | 83.316 |

22) INSTRUMENTOS FINANCEIROS MENSURADOS A VALOR JUSTO

Para instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo, é requerida a divulgação das mensurações de acordo com os seguintes níveis hierárquicos de valor justo:

• Nível 1

Preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Ativos e passivos de Nível 1 incluem títulos de dívida e patrimoniais e contratos de derivativos, que são negociados em um mercado ativo, assim como títulos públicos brasileiros, que são altamente líquidos e ativamente negociados em mercados de balcão.

• Nível 2

Dados observáveis, que não os preços de Nível 1, tais como preços cotados para ativos ou passivos similares; preços cotados em mercados não ativos; ou outros dados que são observáveis no mercado ou que possam ser confirmados por dados observáveis de mercado para, substancialmente, todo o prazo dos ativos ou passivos. Os ativos e passivos de Nível 2 incluem contratos de derivativos, cujo valor é determinado usando um modelo de precificação com dados, que são observáveis no mercado ou que possam ser deduzidos, principalmente, de ou ser confirmados, por dados observáveis de mercado, incluindo, mas não limitados a curvas de rendimento, taxas de juros, volatilidades, preços de títulos de dívida e patrimoniais e taxas de câmbio.

• Nível 3

Dados não observáveis, que são suportados por pouca ou nenhuma atividade de mercado e que sejam significativos ao valor justo dos ativos ou passivos. Os ativos e passivos de Nível 3, geralmente, incluem instrumentos financeiros, cujo valor é determinado usando modelos de precificação, metodologias de fluxo de caixa descontado, ou técnicas similares, assim como instrumentos para os quais a determinação do valor justo requer julgamento ou estimativa significativos da Administração. Esta categoria, geralmente, inclui certos títulos emitidos por instituições financeiras e empresas não financeiras e certos contratos de derivativos.

A marcação a valor justo dos títulos os quais não apresentam fonte pública, consistente e regular de divulgação, a Instituição utiliza os modelos definidos pela CVM (Comissão de Marcação à Mercado) e disponibilizado através do manual de marcação a mercado para cada modalidade de título. Por meio de métodos e modelos matemáticos financeiros, os quais capturaram os efeitos e variações nos preços dos ativos objetos da marcação ao valor justo ou de similares.

Em 31 de dezembro a Bradesco Corretora não possuía instrumentos financeiros mensurados ao valor justo.

23) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Resultados recorrentes e não recorrentes

De acordo com a Resolução BCB nº 2/20 (Artigo 34) e política de avaliação e mensuração de eventos não recorrentes da Instituição, apresentamos abaixo os resultados recorrentes e não recorrentes dos períodos:

Nosso resultado contábil até 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 7.281 mil, sendo todo este montante tratado como resultado recorrente.

b) Gerenciamento de riscos

A atividade de gerenciamento de riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos, e da globalização dos negócios da Organização Bradesco. O dinamismo dos mercados nos conduz a um constante aprimoramento desta atividade, na busca das melhores práticas.

A Organização Bradesco exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle.

A Instituição é parte integrante da Organização Bradesco e adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

c) Eventos subsequentes

Não houve eventos subsequentes que requeiram ajustes ou divulgações, nas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2025.

A DIRETORIA

Rodrigo Selingardi do Amaral

Contador - CRC 15P324129/O-1

financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 11 de março de 2026



KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 25P-014428/O-6

Juliana Viegas Scardoa

Contadora CRC 15P-295328/O-2



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Certisign Assinaturas. Para verificar as assinaturas clique no link: <http://assinaturas.certisign.com.br/Verificar/2B76-63CB-35E2-3D33> ou vá até o site <http://assinaturas.certisign.com.br> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 2B76-63CB-35E2-3D33



Hash do Documento

3D951D7C30BF99920063356CF6CB87EAE3FA8072D2354B53D75919E1788590B3

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 14/03/2026 é(são) :

- JORNAL O DIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) -
39.732.792/0001-24 em 14/03/2026 00:12 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24

Evidências

Geolocation: Latitude: -23.646474 Longitude: -46.556937 Accuracy: 178

IP: 172.16.4.2

AC: AC Certisign RFB G5

